

SOBREVIVER É PRECISO: TÁTICAS DOS MILITANTES DE ESQUERDA ARMADA APRISIONADOS NO INSTITUTO PENAL PAULO SARASATE (IPPS) DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Aírton de Farias

José Aírton de Farias é doutor em História Social/Contemporânea II pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com a pesquisa *Pavilhão Sete: experiências dos militantes de esquerda armada nos cárceres cearenses (1971-79)*, mestre em História Social e bacharel em direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e licenciado em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Autor de mais 20 livros didáticos e paradidáticos de história, a exemplo de *História do Ceará* (Armazém da Cultura, 2014). Professor do Instituto Federal do Ceará (IFCE). E-mail: airtondefarias@yahoo.com.br.

**SOBREVIVER É PRECISO: TÁTICAS DOS MILITANTES DE ESQUERDA
ARMADA APRISIONADOS NO INSTITUTO PENAL PAULO SARASATE (IPPS)
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR**

**SURVIVING IS NEEDED: TACTICS OF ARMED LEFT MILITANTS APPRISED AT
THE PAULO SARASATE PENAL INSTITUTE (IPPS) DURING THE CIVIL-
MILITARY DICTATORSHIP**

Aírton de Farias

RESUMO

Desativado em 2013, o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) serviu de presídio político durante a ditadura civil-militar (1964-85). Na prisão, o governo militar buscou punir, isolar e controlar seus inimigos políticos. Na prática, não foi o que se deu. A partir da noção de tática, do historiador francês Michel de Certeau, o artigo trata como os presos políticos buscaram brechas dentro da estrutura carcerárias por direitos e melhores condições de vida. Havia interesses por parte dos diretores do IPPS em uma relação de menos tensão com os presos políticos, os quais, sendo em número reduzido e pertencentes às classes médias, apresentavam alguma influência social. Com menos atritos, num presídio complexo para administrar, os diretores poderiam permanecer mais tempo no cobiçado cargo. Foi por esta brecha que os presos políticos e seus familiares passaram a se mover atrás de melhores condições de existência nos cárceres. Vigilados pela ditadura, usaram este elemento a seu favor, reivindicando em benefício próprios a legalidade do próprio sistema jurídico ditatorial.

PALAVRAS-CHAVE:

Ditadura civil-militar, presos políticos, esquerda armada.

ABSTRACT

Disabled in 2013, the Paulo Satasate Penal Institute (IPPS) served as a political prison during the civil-military dictatorship (1964-85). In prison, the military government sought to punish, isolate and control its political enemies. In practice, that was not the case. From the notion of tactics, the French historian Michel de Certeau, the article deals with political prisoners sought loopholes within the prison structure for rights and better living conditions. There was interest on the part of the IPPS directors in a less-tense relationship with the political prisoners, who were few in number and of the middle class, had some social influence. With less friction, in a complex prison to manage, the directors could stay longer in the coveted position. It was through this gap that political prisoners began to move behind better conditions of existence in prisons. Vigilated by the dictatorship, they used this element in their favor, claiming for their own benefit the legality of the dictatorial legal system itself.

KEY WORDS:

Civil-military dictatorship, political prisoners, left armed.

UM PRESÍDIO POLÍTICO NO CEARÁ

Situado na região metropolitana de Fortaleza, no município de Itaitinga, o Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) foi desativado em 2013. Conforme a imprensa, a desativação deu-se pela precariedade das estruturas físicas do IPPS e a violação constante de direitos humanos que ali aconteciam¹. Celas semidestruídas e a superlotação eram problemas rotineiros, afora as fugas e revoltas dos internos, como a ocorrida em 1994, quando foi feito refém o então arcebispo de Fortaleza, Dom Aloísio Lorscheider².

O IPPS havia sido inaugurado, inconcluso, a 12 de setembro de 1970, no final do governo cearense de Plácido Aderaldo Castelo (1966-70). Até a inauguração do Paulo Sarasate, o principal presídio de Fortaleza era a chamada Cadeia Pública do Ceará, construída ainda na época do Império, em 1866, e situada no centro da capital (MARIZ, 2004). A precariedade dessa Cadeia, sua superlotação e a localização, dificultando reformas e ampliações, levaram o governo cearense a construir o IPPS, situado longe do perímetro urbano de Fortaleza. A partir do início de 1971, os presos da Cadeia Pública começaram a ser transferidos para o Paulo Sarasate, embora o presídio ainda não estivesse com suas construções concluídas. O processo de transferência se encerrou em 1973 (NERES, 2015).

Mas o IPPS não recebeu apenas presos comuns. Fato pouco conhecido dos cearenses, o Paulo Sarasate também foi um presídio político, local onde estiveram encarcerados os inimigos da ditadura civil-militar, que vigorou no Brasil entre 1964-85. No Pavilhão Sete (P7), tais militantes, vistos como “terroristas” ou “subversivos”, mantidos à parte dos demais presos e sob a vigilância de funcionários e agentes da ditadura, tiveram de enfrentar novos desafios, buscando melhores condições de vida ou de sobrevivência dentro dos cárceres. Nesse processo, se redefiniram enquanto indivíduos e sujeitos políticos.

¹Presídio mais antigo do Estado será desativado <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/policia/presidio-mais-antigo-do-estado-sera-desativado/> Consultado a 6/8/2016.

² Dom Aloísio Lorscheider tornou-se em 1973 arcebispo de Fortaleza, exercendo a função até 1995. Ligado à ala a esquerda da Igreja, seria presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) por dois mandatos consecutivos (de 1971 a 1978). Em 1994, quando inspecionava as condições do Instituto Penal Paulo Sarasate, foi feito refém com outras 12 pessoas pelos detentos. Os presos exigiram e conseguiram sair do presídio num carro forte com os reféns. O grupo foi libertado após 18 horas, quando o carro de fuga sofreu um acidente. Nenhum dos reféns ficou ferido. O cardeal morreu aos 83 anos, em 2007. Sequestro de dom Aloísio completa 20 anos.

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/03/15/noticiasjornalcotidiano.3220632/sequestro-de-dom-aloisio-completa-20-anos.shtml> Consultado a 6/8/2016. Conheça a biografia de dom Aloísio Lorscheider <http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0..MUL214710-5605.00.html> Consultado a 10/9/2016.

Não se sabe com exatidão o número de pessoas encarceradas por razões políticas no IPPS durante a década de 1970. Os arquivos do presídio foram destruídos nos anos 1990 quando de revoltas dos presos comuns e boa parte da documentação da burocracia da ditadura civil-militar não está disponível aos pesquisadores no Ceará. Em um levantamento parcial, coletando nomes junto aos entrevistados, olhando fotos, jornais³, alguns documentos disponíveis na Associação de anistiados cearenses (Associação 64/68), os termos de requisição de indenização dos militantes junto à comissão estadual Wanda Sidou e o livro de Papito de Oliveira (2009) sobre os trabalhos daquela comissão, encontramos o nome de 63 pessoas mantidas presas no Paulo Sarasate em virtude de alguma militância política. Desse número, 44 eram de integrantes de organizações armadas. Compete enfatizar que é esse não é um dado definitivo, pela limitação dos documentos aos quais tivemos acessos. Possivelmente, o número seja um pouco maior.

Ressalte-se que fora bem intensa no Ceará, entre 1968 e 1972, a atuação da guerrilha, especialmente de organizações a exemplo de Ação Libertadora Nacional (ALN) e Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os ativistas eram, em geral, homens, jovens, estudantes de classe média, inseridos nas tradições do fazer político cearense, marcado há séculos pela violência. A repressão da ditadura igualmente não foi pequena no estado. No começo dos anos 70, os agrupamentos acabaram desbaratos, com os militantes sendo torturados e presos. Condenados pela Justiça Militar, boa parte deles iria cumprir as sentenças no recém-inaugurado Instituto Penal Paulo Sarasate (FARIAS, 2007).

A quantidade de presos políticos presentes ao Paulo Sarasate variou ano a ano. Pelos depoimentos de entrevistados, nos primeiros anos da década de 70, a quantidade de militantes, incluindo os não adeptos da luta armada, era de “cerca de 20 a 30 presos”⁴. Esse número foi diminuindo ao longo do decênio, pois muitos dos ativistas passavam apenas meses na espera do julgamento e eram absolvidos ou obtinham a liberdade condicional, enquanto outros, condenados, cumpriam as penas e deixavam o presídio. Na segunda metade dos anos 70, com a distensão do regime, a quantidade de presos políticos foi sendo reduzida ainda mais, sobremaneira em 1978 e 1979, com a mudança da Lei de Segurança Nacional, em 1978, e a Lei da Anistia, de 1979. O jornal Diário de Pernambuco, de 22 de dezembro de 1977, cita 15 presos políticos no IPPS. O mesmo periódico, na edição de 3 de maio de 1978, fala em 10

³ O Povo, Correio do Ceará, Diário de Pernambuco, Folha de São Paulo e Mutirão.

⁴ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

internos. Já a edição de 14 de julho de 1979, refere-se a cinco presos políticos. Em 1980, havia apenas um militante encarcerado, transferido do IPPS para o quartel do Corpo de Bombeiros, nas proximidades do centro de Fortaleza: era José Sales de Oliveira, o último preso político a ser libertado no Brasil⁵.

SIM, SENHOR, GENERAL

Ao aprisionar seus inimigos políticos, a ditadura intencionava puni-los e isolá-los ainda mais da sociedade, que não havia abraçado, de modo geral, o projeto político socialista dos grupos revolucionários e nem apoiado a estratégia da luta armada (AARÃO, 1990; ROLLEMBERG, 2004; FICO, 2004). No discurso dos governantes, quando da inauguração do IPPS, o presídio seria uma forma de recuperar os encarcerados de forma humanitária⁶. Na prática, havia o interesse de afastar do convívio social os presos, fossem políticos ou comuns (não foi à toa a construção do IPPS numa área distante de Fortaleza), e submetê-los. Pelo visto em nossa pesquisa de doutorado, a ditadura não conseguiu o segundo intento.

O historiador francês Michel de Certeau (2004) entendia que uma instituição, por mais autoritária que fosse ou o poder que detivesse, não podia controlar as pessoas (consumidores), plena e docilmente. Os detentores do poder, é verdade, desenvolvem *estratégias* para impor controles. Na estratégia há o planejamento de uma racionalidade, ou seja, valendo-se de ações e discursos e com um planejamento a longo prazo, visa-se por meio de um percurso, atingir-se um objetivo. Mas o homem comum resiste, burla, subverte poderes, busca artifícios diante dos mecanismos e instituições que tentam controlá-lo e domesticá-lo. A partir do que recebem, do que lhes é imposto, as pessoas fazem invenções, práticas no cotidiano, visando se contrapor ao poder instituído. Os indivíduos jogam com as regras que lhe são impostas, regras criadas para discipliná-los, na intenção de anular ou minimizar seus efeitos. Ou seja, o indivíduo não se submete por completo às regras. As pessoas buscam, no cotidiano, espaços, brechas, fissuras para produzirem algo novo. Não se descarta os aspectos estruturais da sociedade, mas os homens e mulheres apropriam-se, à sua maneira, dos códigos impostos, buscando subvertê-los em seu proveito. Criam, inventam e se reinventam. O consumidor, assim, também é um criador, um produtor ou praticante. As pessoas buscam viver, dentro do

⁵ Libertado no Ceará o último preso político. Folha de São Paulo, 09/09/1980, p. 8.

⁶ Editorial de O Povo, 15/9/1970, p. 3.

possível e do melhor modo possível, a ordem social que almeja enquadrar-lhes⁷. A esse processo, Certeau chama *tática*.

Este arcabouço teórico apresentando por Certeau poder ser usado para tentar entender os jogos de relações do IPPS, ou seja, as disputas, negociações e acomodações entre os militantes de esquerda ali encarcerados e o corpo diretivo prisional. Os presos políticos do Paulo Sarasate, pois, estabeleceram práticas, usos, que podem ser consideradas táticas, “engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”. Isso caracteriza uma politização do cotidiano, que não deve ser desprezado dentro do processo de mudanças identitárias e de projetos políticos que os militantes de esquerda sofreram nos anos 1970.

JOGANDO (NO) XADREZ

De início, a relação entre presos políticos e direção do IPPS era bastante tensa. Havia uma imposição de regras rígidas aos encarcerados, possivelmente pelo forte anticomunismo daquele começo de anos 1970 e campanha e propaganda do governo acerca do perigo representado pelos “terroristas”, talvez medo de que alguma organização revolucionária realizasse operações de resgate dos militantes. Essa rigidez nas relações teria durado alguns meses de 1971 e 1972, verificando-se depois, ao longo dos anos, um processo de flexibilização, ainda que por vezes, fosse por fatores internos ao próprio presídio ou por elementos da conjuntura política nacional da ditadura, acontecessem recrudescimentos⁸.

Não raro, a indicação dos diretores do presídio era realizada por razões políticas, recaindo a escolha sobre militares reformados, geralmente coronéis da Polícia Militar⁹. Era um cargo de segundo escalão, alvo da cobiça das fações políticas locais. Muitos dos diretores não apresentavam experiência em gestão, muito menos em lidar com as dificuldades da administração de um presídio. Assim, os diretores precisavam de certo *jogo de cintura* para administrar o Paulo Sarasate. Sem desconsiderar o dinamismo político nacional e local, levando em conta a abertura da ditadura na segunda metade dos anos 70, as disputas por

⁷ Ibidem

⁸ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

⁹ Entre os papéis que conserva em sua posse, o entrevistado e ex-funcionário do IPPS, Epifânio Carvalho, mostrou-nos documentos com nomes dos diretores do presídio na década de 1970: Coronel da PM Francisco Bento da Silva; Coronel da PM Archias Luiz Paiva Pereira; Coronel da PM Manuel Fortaleza de Araújo; Coronel da PM Dário Granjeiro Cruz; Coronel da PM Raimundo Pereira Filho; coronel Juracy Alves Teixeira; Coronel da PM Francisco da Cruz Matos e Coronel da PM Marcondes Paulo as Silva. In: Relação das pessoas que dirigiram o IPPS desde 1971 até o presente 09/05/95. Arquivo de Epifânio Carvalho.

cargos entre os apadrinhados das oligarquias cearenses e a deterioração das estruturas físicas do presídio, entendemos que o *êxito* de um diretor à frente do IPPS se vinculava também a sua habilidade, de tornar o menos problemático possível a gestão do presídio para a sociedade e governantes cearenses.

Numa instituição com problemas, localizada longe de Fortaleza e que visava esconder/afastar da sociedade aqueles que delinquiram e afrontavam a ordem social, não chamar muito a atenção dos altos escalões do Estado e da ditadura era uma boa estratégia para os diretores permanecerem no cobiçado cargo. Foi por essas brechas que os presos políticos e seus familiares se moveram em busca de melhores condições de existência dentro do IPPS. Se a massa de presos comuns, composta majoritariamente por pobres, era alvo historicamente de arbítrios e cujo impacto junto à sociedade civil era pequeno ou pouco levado em consideração (MARIZ, 2004), o mesmo não se podia afirmar em relação aos militantes de esquerda encarcerados. Estes e seus familiares eram, em geral, elementos pertencentes à classe média, apresentavam algum grau de influência e/ou contato com estratos e até com a cúpula da sociedade e Estado. Relações de influência e o clientelismo são traços que compõem historicamente a sociedade cearense (LEMENHE, 1996).

Observando-se as experiências de presos políticos do Instituto Penal Paulo Sarasate, podemos perceber como os militantes de esquerda armada aproveitaram-se das frestas do sistema carcerário da ditadura em benefício próprio. A luta reivindicatória dos presos para a diretoria autorizar o funcionamento de uma cozinha numa das celas, onde os ativistas passaram a produzir suas próprias refeições, pode ser enxergada como a busca por autonomia dentro de um modelo prisional autoritário. O êxito dessa experiência da cozinha acabou sendo usado, como revelou o ex-militante da Ação Libertadora Nacional, William Montenegro¹⁰, para reivindicar e obter novos direitos, como o de montar uma oficina artesanal. A permissão para o funcionamento de grupos de estudos, que no discurso oficial visavam à ressocialização dos internos, para que voltassem à faculdade ou prestassem vestibular, serviu para os militantes discutirem problemas políticos e refletirem sobre a opção pela luta armada e democracia, um debate influenciado e em consonância com o que faziam as esquerdas no além muro dos anos 1970 (ARAÚJO, 2000). O próprio bom comportamento dos presos políticos, tão elogiado por um dos nossos entrevistados, o ex-funcionário do presídio,

¹⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

Epifanio Carvalho¹¹, não deixava de ser uma forma dos militantes transmitirem segurança e obterem direitos juntos à direção do Paulo Sarasate.

Os entrevistados deixavam claro como foram percebendo as contradições do regime na prisão e como isso poderia ser usado taticamente para contornar os limites e imposições estabelecidos pela ditadura. Como bem diz Carlos Fico (2016), a ditadura civil-militar buscou se institucionalizar. Acontece que esse sistema legal apresentava brechas, que bem usadas pelos presos em suas mobilizações e reivindicações, foram uteis na busca de mais garantias e direitos dentro dos cárceres.

Uma coisa que eu aprendi dentro da prisão que num regime de força, num regime de arbítrio, a melhor defesa é a lei. A ditadura não se assumia como ditadura e tinha suas próprias leis. Então, eles agiam dentro das leis deles. Então, se você tem a lei, por mais ruim que seja essa lei, que se cumpra essa lei em nosso benefício. Problema é que muitas vezes nós não conhecemos a lei. A gente tinha um regimento carcerário. Então a gente reivindicava em cima desse regimento. E assim a gente foi conquistando uma série de vitórias. (...) a gente tinha ainda um fator importante, o Fabiani [Cunha], que era estudante de direito. Então, ele nos orientava em muita coisa. Rapaz, falar em pessoal do direito nos anos 70 era coisa de outro mundo, todo mundo temia¹².

A produção de artesanato não deixou de ser uma grande oportunidade para os presos políticos denunciarem sua situação e atacarem a ditadura. Não foi por acaso a tentativa da direção do IIPS de censurar a produção dos militantes. Num entendimento e concessão mútua, acertou-se que as peças seriam grafadas com *PPCE* (Presos Políticos do Ceará), ou seja, uma sigla que poucos conheceriam, mas que, devidamente esclarecida, poderia chamar a atenção dos consumidores dos produtos. Para os diretores, *PPCE* era uma acomodação no jogo interno do presídio que faziam com os ativistas e igualmente uma forma de ratificar a visão do governo, de negar – ou esconder – a existência de presos políticos. Para os militantes, se aceitaram a sigla, havia, por outro lado, a possibilidade de desmentir as autoridades constituídas, pois, seus parentes, ao negociarem às peças, faziam questão de explicar aos compradores que se tratavam de objetos artesanais e artísticos confeccionados por presos políticos mantidos pela ditadura. O uso do artesanato como possibilidade de crítica ao governo quase custou à demissão de um dos diretores do presídio. Segundo William Montenegro:

Houve um problema, um diretor quase foi demitido. Nosso artesanato era político, nós dávamos para as famílias, eles levavam, vendiam, expunham. Tínhamos vários artesanatos e a gente organizou uma exposição no presídio, para a família ver

¹¹ Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IIPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

¹² Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

mesmo. Então, quando a gente menos espera, a TV Verdes Mares [afiliada local da Rede Globo] chega para uma reportagem. Aí eles nos entrevistaram. E a gente se mostrou como preso político. Eu lembro que eu e o Genoíno pegamos um quadro do lado e do outro e lemos aquela frase “Quando o muro separa, a ponte une e tal” [Quando o muro separa uma ponte une/ Se a vingança encara o remorso pune/ Você vem me agarra, alguém vem me solta - letra da canção *Pesadelo*, do grupo MPB-4]. Não sei bem o que houve, alguém furou, alguém deve ter dito que havia uma exposição dos presos do IPPS e o repórter foi lá, sem nem saber bem quem éramos. Os funcionários [do presídio] achavam que eles eram autorizados e tal. Só que não tinham autorização nenhuma. Aí a noite saiu no jornal da Verdes Mares. Aí você imagina o diretor [do presídio], né? Poxa, a ditadura negando que tivesse preso político e os presos políticos aparecem no horário nobre da emissora mais assistida do Ceará? Foi um negócio horrível, muito sério, né? O diretor foi chamado para as conversas como o 23BC e quase perde o cargo. Nós soubemos porque nossos advogados falaram depois¹³.

O ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque¹⁴ confirmou o relatado acima, acrescentando que o diretor tratava-se do coronel Dário Granjeiro Cruz, no comando da instituição entre 1975-77, um militar, por sinal, bastante elogiado entre os presos políticos pela postura humanitária dentro do presídio. O coronel Dário foi um dos diretores que mais tempo ficou à frente da administração do IPPS nos anos 1970. Longe de desconsiderar o perfil humanitário apontado pelos ex-militantes da esquerda armada, acreditamos que o militar referido tenha sido o que melhor adequou-se ao jogo de acomodações com os presos políticos. Tanto que quando as estruturas físicas do presídio começaram a se deteriorar¹⁵ e a mobilização pela Anistia e o processo de abertura política ganharam densidade, tornando mais difícil a manutenção daquele jogo de acomodações, Dário deixou o comando do IPPS.

A produção de artesanato dos presos políticos do IPPS chegou a ser usada para denunciar a ditadura no exterior. Em conversa pelo aplicativo de comunicação *WhatsApp*, Nadja Albuquerque¹⁶, irmã de Mário Albuquerque, nos mostrou foto de um jornal canadense, de 29 de abril de 1979, noticiando exposição de peças dos presos políticos cearenses organizada na Universidade de Ottawa. A exposição fora organizada por Pedro Albuquerque, exilado e ex-partícipe da guerrilha do Araguaia, na intenção de denunciar a ditadura brasileira, chamando a atenção para a greve de fome feita pelos militantes de esquerda naquele ano.

¹³ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

¹⁴ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

¹⁵ Reportagem de *O Povo*, de 22/05/1977, p.4, diz que a situação dos internos é precaríssima, alertando para o problema da lotação – o presídio teria 434 internos, havendo casos de 4 presos por cela em alguns pavilhões. Editorial do *O Povo*, de 10/06/1979, p. 3, fala do “caos penal” no IPPS.

¹⁶ Conversa com Nadja Miranda de Albuquerque, pelo grupo “Memorial IPPS” do aplicativo de comunicação *WhatsApp*, a 17/05/2017.

A censura do IPPS não atingiu apenas a produção artesanal dos militantes. Foram alvos igualmente livros, jornais, revistas, etc., especialmente materiais de leitura que os familiares levavam aos presos políticos nos dias de visitas. Como muitos destes materiais eram tidos como subversivos, a direção da instituição, sobremaneira nos primeiros anos, buscou censurá-los. Dentro dos objetivos do presídio, de punir os militantes e redimi-los de seus erros, não era lógico que textos de Marx, Lênin, Guevara ou revistas e jornais de esquerda (ou que se imaginavam de esquerda) circulassem dentro do Paulo Sarasate. E quando a intenção da censura não era estritamente ideológica, havia o propósito de punir os presos por alguma falta ou atentado às normas do presídio.

A censura interna irritava os ativistas, tanto que foi uma das razões para a primeira greve de fome acontecida no IPPS, em 1974. A leitura constituía-se forma de preencher o tempo e mesmo endossar a formação intelectual, visto que, a rigor os militantes da esquerda armada não apresentavam maiores bases ou preocupações com teorias quando imergiram na guerrilha. Além disso, as publicações permitiam o contato dos presos com os debates promovidos pelas esquerdas no Brasil e mundo nos anos 70, como a autocrítica acerca da luta armada, a valorização do feminino e da democracia, etc. (ARAÚJO, 2000). Tão importantes os debates que os presos políticos do IPPS chegaram a produzir, manualmente, um jornalzinho interno, segundo o integrante da ALN, Fabiani Cunha¹⁷. Tinha o sugestivo nome de *O cadeado*, depois chamado de *Venceremos*, denotando a situação e o desejo dos internos. Cada preso podia escrever artigos, à caneta ou lápis, em folhas de papel que circulavam, então, pela rua do P7. Cabia ao preso da última cela dar fim ao jornal, rasgando e atirando os pedaços na privada.

Para driblar as restrições impostas pela direção do IPPS, os militantes de esquerda usaram a própria censura institucional realizada pelo governo militar (KUSHNIR, 2004). Se havia uma censura oficial promovida pelo Ministério da Justiça, não havia porque existir um controle dentro do presídio. Isso, na argumentação dos ativistas, era um acinte ao próprio Estado, visto que estaria se duvidando da eficácia e dos resultados dos trabalhos dos censores da ditadura.

Esse coronel Marcondes [diretor de segurança] tinha uma rixa com a gente, perseguia a gente. Mas nós ganhamos dele dentro dessa visão legalista. Nós

¹⁷ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

argumentamos. Censurar livro? Como? Ora, já tem uma censura prévia no Brasil. O senhor quer censurar a censura? Não pode, coronel¹⁸.

Pelo que percebemos nos depoimentos de presos políticos e seus familiares, a censura realizada pela direção do IPPS variou muito em intensidade ao longo dos anos. O abrandamento ou agravamento da censura interna e restrições aos presos políticos se vinculavam a vários fatores, como os conjunturais, a exemplo do processo político de distensão da ditadura, ocorrido no governo Geisel (1974-79). “A direção do IPPS censurava, sim, mas depois, salvo um ou outro momento, foi relaxando e no fim [da década], tava bem leve”, disse-nos William Montenegro¹⁹. O “um ou outro” momento eram questões incidentais, a exemplo do referido caso da televisão Verdes Mares. Vinculava-se igualmente ao jogo de concessões e acomodações entre diretores e militantes – a censura chegou a ser usada como forma de punição e pressão e intimidação por parte da gestão – e mesmo às personalidades e posições ideológicas (anticomunistas) dos coronéis. Os entrevistados William Montenegro²⁰ e Mário Albuquerque²¹, por exemplo, acusaram o diretor de segurança²², coronel Marcondes, de ser por “demais rígido” e implicar com os militantes de esquerda. Manifesto dos parentes dos presos, de 15 de março de 1977, denuncia a direção de segurança do presídio, que sem justificativas, aprendeu grande parte do material de trabalho da oficina e peças de xilogravuras e pirogravuras, e estabeleceu que apenas flores e temas semelhantes poderiam ser objeto de gravura²³. “O coronel Marcondes cismou com os nossos desenhos e proibiu que se colocasse [a expressão] “preso político” atrás [dos quadros]. Aí eles deram em cima. Aí tivemos que fazer desenho de paisagens, de cangaceiros...”, explicou Fabiani Cunha²⁴.

Outra luta dos presos políticos do IPPS foi contra as chamadas *identidades* ou *carteiras de visitas*, que inexistiam nos primeiros anos e passaram a ser cobrada, até cair na segunda metade da década de 70. As “carteirinhas de visitas” consistiam em um documento expedido pela direção do PPS autorizando familiares e demais interessados a ingressar no

¹⁸ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

¹⁹ Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

²⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN, William Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

²¹ Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

²² Os cargos de diretor de segurança e de disciplina, conforme documento mostrado pelo entrevistado Epifânio Carvalho, foram criados em 1976, na gestão do governador Adauto Bezerra (1975-78). Eram ocupados geralmente por oficiais da Polícia Militar. Epifânio de Carvalho, ex-funcionário do IPPS, entrevistado a 13 de junho de 2016.

²³ CEARÁ. Abaixo-assinado. 15 de setembro de 1977. Arquivo Francisca Gonçalves Sobrinho. Citado por DUARTE, 2009, p. 88.

²⁴ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

presídio para visitar os presos, fossem comuns ou políticos. Para ter o documento, o interessado deveria preencher uma ficha, onde constavam várias informações pessoais, como nome completo, número da identidade, endereço e ocupação. A requisição destes dados desestimulava as idas ao presídio por parte dos parentes dos militantes de esquerda. A direção prisional não apresentava interesses em que muitas pessoas visitassem os inimigos do governo, afinal, a ditadura não reconhecia a existência de presos políticos no País.

Com eventuais visitas ao IPPS, os parentes dos ativistas temiam serem vigiados e perseguidos pela ditadura, o que poderia trazer-lhes problemas profissionais. Como afirma Carlos Fico (2016, p. 68), o governo havia criado, no final dos anos 1960, nas repartições governamentais, inclusive empresas estatais e universidades, subseções do SNI (Serviço Nacional de Informações), famoso e temido órgão responsável por recolher informações de brasileiros suspeitos aos olhos do regime. Eram as denominadas Divisões de Segurança e Informações (DSI), através das quais a ditadura passou a espionar e controlar a vida de milhares de brasileiros, que podiam, a qualquer instante, serem acusados de subversão e, em consequência, serem presos ou perderem emprego. As DSI basicamente produziam informes, relatórios, dossiês que incriminavam suspeitos de “subversão”. “A principal técnica consistia na alimentação continua de dossiês que continham informações sobre o cotidiano de determinada pessoa. A participação em uma manifestação de protesto, a simples visita a alguém tido como ‘esquerdista’, tudo era anotado” (FICO, 2016, p. 70). Pode-se, então, imaginar como as DSI intimidavam as pessoas, particularmente aqueles que tivessem parentes e amigos presos políticos.

Era o seguinte: se você fosse me visitar, você tinha que dar o nome e pegar a carteira. Ai você se “queimava”. Você tava visitando preso político. Estava se comprometendo com os inimigos da ditadura. O governo ia ter seus dados e a ligação com os presos. “Você tá visitando por que esses caras?”. Ai você se queimava. Não era nem falta de solidariedade, não. Ai quando a ditadura começou a afrouxar, no final dos 70, aí muita gente começou a visitar [os presos políticos]. Mas na época do “quente”, ninguém ia visitar, não²⁵.

Além da exigência da carteira por parte do visitante, deveria o preso enviar semanalmente à secretaria do presídio uma relação com os nomes das pessoas que o veriam no dia da visita. Essa burocracia toda, por equívoco ou por interesses da direção, podia também ser usada como uma forma de controle e repressão dos militantes, visto que para estes o dia de visita, com o consequente contato com os familiares, era o mais esperado da

²⁵ Entrevista com o ex-militante da ALN e PCBR, José Machado, a 4 de agosto de 2016.

semana. Tal questão fica evidente quando se analisa uma carta mandada por Mário Albuquerque ao diretor do presídio, coronel Emanuel Fortaleza, reclamando que apensar de ter enviado a relação das visitas, duas de suas primas, por não portarem a carteira, não puderam adentrar ao IPPS em julho de 1975. Mário informa na carta que situações semelhantes ocorreram com outros internos e defende que “a solução de todos esses males reside na abolição da carteira de visitante”²⁶. Segundo carta dos internos ao juiz da 10ª Circunscrição Militar, datada de 12 de agosto de 1975, o referido coronel, irritado com a reclamação, ameaçou Mário com a suspensão de todas as visitas, atitude denunciada aos membros da Justiça Militar e condenada, pois “não é condizente com o comportamento esperado de um diretor de um estabelecimento penitenciário”²⁷.

Situação que igualmente desestimulava e constrangia os parentes e irritava os presos políticos era a da inspeção rigorosa às visitas. Denunciou Lucineide Vasconcelos, filha do ex-integrante da ALN, João Xavier Lacerda, sobre as humilhações que passava no Paulo Sarasate.

(...) Nos dias de visita toda a família era submetida a humilhações. Eu e minha irmã éramos obrigadas a baixar as calcinhas, levantarmos nossas blusas e os bolos que levávamos viravam uma papa, pois eram todos revirados a procura de objetos. Caso meu pai quisesse comer o bolo, teria que comer o farelo, pois aquelas crianças poderiam estar levando algo dentro do bolo²⁸.

Em várias ocasiões, conforme os entrevistados, os ativistas exigiram reuniões com a direção do presídio e enviaram cartas à Justiça Militar, solicitando a resolução do problema²⁹. A questão dos constrangimentos às visitas foi igualmente um dos fatores que levaram à greve de fome de 1974³⁰. Para derrubar as “carteirinhas”, utilizou-se mais uma vez a argumentação da duplicidade legal, ou seja, que a exigência de um documento próprios do IPPS contrariava a legislação e a própria eficiência do regime, visto que as pessoas devem ser portadoras de carteiras de identidades expedidas pelos órgãos estatais de identificação.

Lá eles [presídio] tinham uma carteira de visita. Era uma forma de desestimular visitas. Pra fazer a visita, a pessoa ficava registrada. As pessoas tinham medo de represália. Por isso que de início as visitas eram basicamente familiares,

²⁶ Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 28 de julho de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

²⁷ Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

²⁸ Processo de requerimento de indenização de João Xavier Lacerda. Arquivo da Associação Anistia 64-68.

²⁹ Carta ao Ilmo. Senhor diretor do Instituto Penal Paulo Sarasate, datada de 17 de outubro de 1975. Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

³⁰ Entrevista com o ex-militante da ALN, Wiliam Montenegro, a 24 de setembro de 2016.

principalmente as mulheres, mãe, irmãs. Os pais, poucos. Raramente um tio, um primo. Então, nós começamos uma luta pra derrubar essa carteira. E qual foi o argumento? Olha, não tem sentido ter uma carteira dessas. Uma carteira dessas é desmoralizar o RG [a popularmente conhecida carteira de identidade]. Vocês estão colocando em dúvida que o RG não é uma coisa séria, controlada. Nós explorávamos as contradições deles, entende? Mário Albuquerque, ex-militante do PCBR³¹.

Quanto aos constrangimentos das inspeções aos parentes, com o tempo, o rigor das revistas foi sendo atenuado, dentro do jogo de acomodações – vistas grossas – da direção e dos próprios funcionários do presídio.

No começo, eles [os funcionários] abriam o doce e cortavam os pedaços assim [faz movimento de corte com as mãos]. Com o tempo, eles foram entendendo o que era preso político e foram criando laços afetivos com a gente. Então, quando a gente chegava lá era assim: ia pra sala da revista e elas [as funcionárias] diziam: “fica aqui um pedacinho, faz de conta, faz de conta e pronto, muiê”. Muitas faziam assim. Depois de um tempo foi assim. A gente deixou de tirar a roupa³².

Pelo que apuramos com o ex-funcionário Epifânio Carvalho, a exigência da carteirinha e o rigor nas visitas continuaram para os parentes dos presos comuns, “sempre tratados de forma respeitosa”, fez questão de ressaltar o entrevistado³³. Conforme o dito pelo mesmo Epifânio Carvalho, vez por outra eram apreendidas “trouxinhas de maconha” nas partes íntimas de mulheres que visitavam os internos comuns do presídio, o que nos leva a supor que a inspeção para os familiares destes continuou mais rigorosa. Sendo assim, tratava-se, pois, de mais um caso de distinção no tratamento dos presos políticos por parte da ditadura e seus agentes, vinculando-se à condição social dos militantes, sua influência e atenção que parte da sociedade lhes dava. Ora, os mesmos constrangimentos que as mulheres dos presos políticos tinham, as mães, irmãs, esposas e companheiras dos presos comuns também sofriam. O mesmo pode ser dito para a questão da exigência da carteira e do preenchimento das fichas. Mas como as manifestações das visitas dos presos comuns não tinham tanta repercussão, ao contrário das reclamações dos parentes dos militantes de esquerda, a direção prisional, na intenção de evitar maiores polêmicas e chamar a atenção, acabou fazendo concessões e acomodações com os “subversivos”. A “carteirinha de visitas” para os parentes dos ativistas enfim caiu em 1977, o que foi tido como uma grande vitória para os ativistas e seus parentes.

A mesma lógica das brechas legais foi usada em relação à questão da saúde. O IPPS contava com um ambulatório, com dentista, médico e enfermeiros permanentes, na intenção

³¹ Entrevista com o ex-militante do PCBR Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

³² Josenilde Cunha, esposa do ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, entrevistada a 21 de setembro de 2016.

³³ Epifânio de Carvalho, entrevistado a 13 de junho de 2016.

realizar primeiros socorros. Para questões de saúde mais graves, porém, havia problemas, como a falta de medicamentos e equipamentos adequados. Em tais casos, os presos tinham que deixar o presídio e serem conduzidos a clínicas e hospitais, para o que havia vários entraves, como o limitado número de policiais para escoltá-los, a falta de transportes, a exigência de autorização judiciária, a concessão do diretor prisional, etc.

Carta dos presos políticos de 1975 trouxe relato dos problemas de saúde enfrentados no presídio. O documento diz que “a saúde dentária dos presos políticos é desoladora”, pois “já faz tempo que deixou de haver um tratamento propriamente dito”, lembrando que “ora [sic] o motor está quebrado, ora [sic] falta material”. A carta informa ainda que o tratamento médico é prejudicado porque os remédios prescritos ou demoram para chegar ou não são nem entregues. Não era à toa que os militantes tinham uma caixinha de dinheiro visando à compra de remédios para alguma emergência ou apelavam para a solidariedade entre famílias, que se cotizavam. A carta diz que há “companheiros com enfermidades que exigem tratamento contínuo” e que “sacrificam a si ou às famílias para adquirir medicamentos necessários, por vezes interrompendo o tratamento por falta de recursos”³⁴. Para atenuar os problemas, os presos recorriam à legislação que garantia aos encarcerados um tratamento digno de saúde.

O direito à saúde. O preso tem pleno direito de ser assistido. Pela lei, se tiver uma unheira, a unheira tem de ser tratada. Nisso, então, fomos bem, pois quando a gente solicitava, o juiz autorizava. Eu fui várias vezes fazer tratamento dentário. O Gondim foi operado dos rins. Ele tinha sido tão torturado pela Polícia Federal que ficou com problemas nos rins. Quem tinha problema do coração, fez exame, foi detectado, como o Balaio, o Ferreira³⁵.

Apesar das articulações, a questão da saúde dos presos políticos – e comuns – continuou sendo problemática no IPPS. Abaixo-assinado de familiares dos presos, de 15 de setembro de 1977, critica a situação do presídio, alertando para as dificuldades de assistência médica e pronto-socorro e transferência dos presos de Aquiraz para Fortaleza, em casos de urgência³⁶.

No jogo desenvolvido pelos presos políticos com a direção, se em determinadas ocasiões as oportunidades não foram desperdiçadas, em outras, os presos tiveram que recuar e aceitar derrotas, sob pena de obliterarem as brechas do sistema que lhes eram tão valiosas. Chegou a haver, por exemplo, autocensura por parte dos próprios presos políticos.

³⁴ Carta ao Ex. Sr. Dr. Juiz Auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar, datada de 12 de agosto de 1975. Arquivo da Associação Anistia 64/68.

³⁵ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

³⁶ Citado por DUARTE, 2009, p. 88.

Isso deu-se no final da década de 70, quando ganhava corpo a campanha da Anistia. Foi uma espécie de recuo tático, para não atrapalhar a movimentação popular e a possibilidade de liberdade iminente de alguns dos militantes encarcerados. É o que se depreende a partir da análise de um documento encontrado numa das pastas da Associação Anistia 64/68. Trata-se de carta enviada ao Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), datada de 7 de março de 1978, na qual os presos políticos solicitam que só sejam expostos peças artesanais com a sigla PPCE (Presos Políticos do Ceará). Apenas as peças, cuja produção fora discutida pelo coletivo e aprovada pela direção do presídio, deveriam ser consideradas como artesanato dos presos políticos do IPPS. As peças enviadas por algum dos internos sem a referida sigla deveriam ser tidas apenas como produções individuais, não do coletivo. A carta justificava o pedido, alegando que os militantes tomaram a decisão porque cinco presos aguardavam liberdade condicional e que a exposição do artesanato “sem obediência à norma estabelecida pode dar margem a que homens da justiça vigente a tomem como pretexto para negar esse direito”³⁷.

Um outro episódio de recuo envolveu o que é chamado no presídio de *desarranchamento*. Conforme os entrevistados, o estatuto penitenciário garantia ao preso que não consumisse os alimentos enviados pelo presídio o direito de ficar para si com os recursos pecuniários equivalentes. Com dificuldades para manter a família no além muro, Fabiani Cunha viu no dispositivo forma de obter algum dinheiro. Alegando que era vegetariano, pediu desanrrachamento, tendo acertado anteriormente, sem que a direção do presídio soubesse, que os demais presos políticos lhe passariam parte de suas refeições. Mais uma vez aparecia a solidariedade e o coletivismo comunista. Tudo ocorreu bem até Fabiani ser flagrado comendo uma suculenta carne de bode... Constrangido, perdeu o direito e aceitou, pois entendeu que não podia colocar em riscos o uso das brechas legais do sistema que lhe favorecia.

O argumento jurídico é muito forte. Eu disse: é um dos direitos do preso, se ele for vegetariano, receber aquele tipo de alimentação. Se não derem [a alimentação], então, ele vai ser desarranchado. Então, eu fui cobrar meu desarranchamento, meu e do Swami [Cunha, seu irmão]. Mas a gente havia combinado com os outros presos que eles iam dividir a refeição com a gente. Aí eu fui falar com o diretor. Olha, eu e meu irmão somos vegetarianos. Essa comida é pesada. Gostaria de ser desarranchado. Então, eu consegui. Todo mês eu e Swami recebíamos a cota, éramos desarranchados. Mas um belo dia o pessoal de Jaguaribe veio nos visitar e trouxe uma banda de bode pros presos políticos [risos]. Aí eu pendurei assim o bode na minha cela. Quando o coronel foi de surpresa visitar o pavilhão e entrou na cela, disse: “épa, vegetariano não come isso!” [risos]. Aí, ele anulou o nosso ganho

³⁷ Carta a Sra. Presidente do Movimento Feminino pela Anistia (Ceará), de 7 de março de 1978. Acervo da Associação Anistia 64/68.

[risos]. Eu nem fui atrás, o dinheiro era importante, mais a base de nossa reivindicação era o ordenamento jurídico e legal³⁸.

Esse jogo de táticas que os presos jogavam, com avanços e recuos pelas frestas do sistema ditatorial, não deixava de ser uma grande mudança de paradigmas e perspectivas políticas dos militantes da esquerda armada. Havia por parte dos ativistas a ideia de que as ações do coletivo, o órgão que lhes representava perante a direção e organizava o cotidiano, deviam ser revolucionárias, de embate com a ditadura e retomada da luta. Para esse grupo, fazer negociações com a direção do presídio seria aceitar a derrota e a condição de preso, conforme relatou-nos Mário Albuquerque³⁹. As necessidades do cotidiano, a derrota definitiva do projeto armado (cujo último marco foi a repressão ao Araguaia, em 1974), os debates internos e as reflexões que os ativistas fizeram acerca do projeto guerrilheiro levaram a mudanças naquela posição inicial. Não que o embate e a denúncia com a ditadura tivessem sumido do campo de atitudes dos presos do Paulo Sarasate. Apenas perceberam que uma situação de embate constante era improdutiva. E como à direção do presídio também não interessava uma relação apenas de atrito, um jogo de flexibilizações, com idas e recuos, foi se desenvolvendo e se intensificando no IPPS ao longo dos anos.

Nós começamos a explorar as contradições deles lá [da ditadura]. Nós saímos de uma visão, aquela visão bem radical, maniqueísta, de ditadura e a gente, bem e mal, de que dialogar com eles era concordar e aceitar a ditadura, para um amadurecimento interno. (...) E fomos abrindo os olhos, descobrimos a importância da democracia, abrimos os horizontes, pensamos. Eu pessoalmente passei a rever questões de dogmatismo em relação a tudo. Passei a exigir muito de mim mesmo, ter medo de dogmatismos, de emitir opinião sem muita fundamentação, sem domínio de conceitos... A prisão foi um abalo muito violento. Eu sempre digo que foi assim, o edifício ruiu. Veio abaixo, implodiu. Tudo. Então, eu fui ser o mestre de obras para aquilo [que ruiu], eu podia salvar, para poder erguer um novo edifício, mas com bases mais sólidas. Foi a vida que me fez ver isso, me conduziu nesse processo. Foi muito importante para mim sacar isso. Eu fui ser meu próprio arquiteto e operário, meu mestre de obras. E a gente tinha que ser muito responsável nisso⁴⁰.

Os militantes de esquerda mudaram. Haviam pegado em armas para derrubar todo um sistema que julgavam opressor e injusto socialmente. Portadores de vários princípios das culturas comunistas (MOTTA, 2013), acreditavam na vitória de sua luta e na justeza de sua causa. Eram a vanguarda, a ser seguida pelas massas. Não obstante, a derrota da guerrilha e a dureza dos cárceres fizeram o castelo de certezas desmoronar. Numa ironia, recorreram a aquele mesmo sistema, por sua legislação e estrutura jurídica, para reivindicar direitos e garantias. A mudança foi além. Começaram a perceber, por reflexões próprias e/ou coletivas, influenciados pelas discussões que as esquerdas faziam no mundo à época, a importância da democracia, que tem no cumprimento e garantias legais um de seus fundamentos (BOBBIO, 2000). Claro, isso gerou muito debates e discursões. Mas parece-nos evidente que as perspectivas e práticas políticas daqueles militantes que foram encarcerados no IPPS

³⁸ Entrevista com o ex-militante da ALN, Fabiani Cunha, a 28 de março de 2017.

³⁹ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

⁴⁰ Entrevista com o ex-militante do PCBR, Mário Albuquerque, a 14 de abril de 2016.

alteraram-se ao longo dos anos. Aprenderam o jogo e jogaram bem. De lance em lance no xadrez, os peões foram avançando ou driblando as dificuldades dos cárceres.

CONCLUSÃO

Com a derrota da guerrilha no Brasil, no começo da década de 1970, militantes da luta armada foram condenados pela Justiça Militar, sendo postos, a seguir, para cumprir as penas, no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), nas proximidades de Fortaleza. A ditadura negava que houvesse presos políticos no País e buscava isolar e submeter os encarcerados. Os militantes da esquerda armada, porém, almejaram escapar a esse controle da ditadura. Usando as brechas legais do próprio sistema autoritário imperante, passaram a obter uma série de direitos que atenuaram suas condições de existência dentro dos cárceres. Aos diretores do presídio igualmente não interessava uma relação de atritos com os ativistas, pela peculiaridade destes. Pessoas de classe média, com alguma influência social e mantidos sob o olhar dos órgãos de repressão, os militantes de esquerda poderiam chamar a atenção da sociedade e do Estado para as dificuldades de administração de um presídio como o IPPS. Para os diretores, quantos menos exposição, maiores as chances de permanecerem à frente do cobiçado cargo. Dessa forma, os ativistas de esquerda, num verdadeiro jogo de acomodações, avanços e recuos com o corpo diretivo, conseguiram driblar a censura, a exigência de uma carteirinha para as visitas e obter melhor assistência médico-odontológica. Mudavam-se, dessa forma, alguns dos paradigmas da esquerda armada. Considerando-se a vanguarda revolucionária e mantendo certo distanciamento da sociedade, a guerrilha fora derrotada no começo da década de 1970. As reflexões e as práticas desenvolvidas nos cárceres levaram os militantes a mudarem em suas identidades e projetos políticos. No contexto do “jogo jogado” com a direção prisional, os militantes fizeram a autocrítica da luta armada e mesmo reavaliaram a importância da luta pela democracia, como as esquerdas faziam no “além muro” na segunda metade da década de 70.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AARÃO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2004.
- DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009, 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- FARIAS, José Airton de. **Além das armas: guerrilheiros de esquerda no Ceará durante a Ditadura Militar**. 2007, 201f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007
- FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- _____. **História Brasil contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. **Família, tradição e poder: o (O)caso dos coronéis**. São Paulo: Annablume, 1996.
- KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda: Jornalistas e Censores**. In AARÃO, Daniel e outros. **O Golpe e a Ditadura Militar**. São Paulo: EUSC, 2004.
- MARIZ, Silvana Fernandes. **Oficina de Satanás: a Cadeia Pública de Fortaleza (1850-1889)**. 2004, 156 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. In: _____; NAPOLITIANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013, p. 22 e seguintes.
- NERES, Gabriela. **IPPS: memórias encarceradas**. 2015, 184f. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade 7 de Setembro, Fortaleza, 2015.
- OLIVEIRA, Papito (Org.). **Vozes silenciadas**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2009.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge, e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, volume IV, 2003.

Artigo recebido em abril de 2018. Aprovado em julho de 2018.